Jornal da Câmara

BRASÍLIA-DF, QUINTA-FEIRA, 9 DE JUNHO DE 2011 | CÂMARA DOS DEPUTADOS | Ano 13 | Número 2628

Aprovada MP que autoriza contratação temporária de professor para universidades e ensino técnico

Página 3

LEONARDO PRADO

ECONOMIA | 7

Cliente com cartão de crédito antigo poderá negociar com bancos novos limites de tarifas ou migrar para instituição mais vantajosa

DECORO PARLAMENTAR | 2

Por 11 votos a 3, Conselho de Ética decide pela cassação do mandato de Jaqueline Roriz; relatório ainda será votado pelo Plenário

SEGURANÇA | 4

DIVULGAÇÃO

Bombeiros do Rio: deputados pedem ajuda a ministro da Justiça para conter crise; comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública querem intermediar negociações com governador Sérgio Cabral

DECORO PARLAMENTAR

Cassação de Jaqueline Roriz passa no Conselho de Ética e vai a Plenário

Carolina Pompeu

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar aprovou ontem, por 11 votos a 3, o pedido de cassação da deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF), acusada pelo Psol de quebra de decoro parlamentar. Ela foi filmada em 2006, quando era deputada distrital, recebendo uma quantia em dinheiro de Durval Barbosa, operador e delator do mensalão do DEM do Distrito Federal. A decisão do conselho será submetida ao Plenário, que dará a palavra final. O parecer do relator, deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), foi favorável à cassação. Segundo ele, as ações de Jaqueline revelam "conduta reprovável e indecorosa". Sampaio disse que "tal comportamento fere a respeitabilidade desta Casa legislativa perante a sociedade". O conselho arquivou 3 das 4 denúncias.

Fatos anteriores - O advogado da deputada, Eduardo Alckmin, argumentou que o conselho não poderia julgar atos cometidos antes do mandato de deputada federal, que começou neste ano. "Não é possível a alguém que não seja parlamentar atentar contra o decoro parlamentar", disse. Segundo Sampaio, contudo, as irregularidades eram desconhecidas até este ano e, portanto, deviam ser analisadas. "Fatos políticos desconhecidos do Parlamento são, na verdade, fatos contemporâneos, pois suas repercussões são atuais", disse. O relator afirmou também que Jaqueline "induziu seus eleitores a erro", já que, na época do pleito, eles não sabiam das irregularidades.

Votaram contra os deputados Wladimir Costa (PMDB-PA), Mauro Lopes (PMDB-MG) e Vilson Covatti (PP-RS). Votaram a favor os deputados Assis Carvalho (PT-PI), Professora Marcivânia (PT-AP), Sibá Machado (PT-AC), Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Lúcio Vale (PR-PA), Abelardo Camarinha (PSB-SP), Ricardo Izar (PV-SP), Silvio Costa (PTB-PE) e Sérgio Brito (PSC-BA).

Votação - Após a apresentação dos argumentos do relator e da defesa e a discussão dos deputados, Wladimir Costa e Mauro Lopes chegaram a pedir vista do processo. O presidente do colegiado, José Carlos Araújo (PDT-BA), contudo, rejeitou o pedido e disse que não cabia a solicitação após o encerramento das discussões. Costa informou que irá recorrer da decisão de Araújo ao presidente da Câmara, Marco Maia.

Plenário - Segundo Sampaio, o Conselho de Ética deverá apresentar até o dia 14 um projeto de resolução com a cassação de Jaqueline. A partir de então, a deputada terá cinco dias para recorrer da decisão à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Eduardo Alckmin já adiantou que irá recorrer à CCJ. A defesa deve repetir o mesmo argumento, já apresentado ao Conselho de Ética, de que fatos anteriores ao mandato não devem ser julgados pelo colegiado. Além disso, o advogado irá defender a ilegalidade da rejeição do pedido de vista ao processo feito ontem. A votação da cassação em plenário fica suspensa até o julgamento do recurso à CCJ.

GUSTAVO LIMA

O pedido de cassação por quebra de decoro parlamentar, feito pelo Psol, foi aprovado por 11 votos a 3; palavra final cabe ao Plenário

Três denúncias arquivadas

Outras três denúncias feitas pelo Psol contra Jaqueline Roriz foram arquivadas pelo Conselho de Ética: recebimento de propina para aprovação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Pdot) do Distrito Federal, quando Jaqueline era deputada distrital; uso de verba indenizatória da Câmara para pagamento de despesas de um imóvel de propriedade do marido dela, Manoel Neto; e omissão, na declaração de bens e rendas enviada à Câmara, do dinheiro recebido de Durval Barbosa.

O arquivamento foi proposto pelo relator, Carlos Sampaio. No primeiro caso, o relator afirmou que não há provas; no segundo, disse que a defesa da deputada apresentou provas de que os gastos destinaram-se somente ao pagamento do condomínio da sala, usada como escritório político; no terceiro, Sampaio concordou com a defesa de Jaqueline, que argumentou que a declaração é anual e, portanto, não caberia declarar em 2011 valores recebidos em 2006.

Quanto à declaração dos valores recebidos de Durval Barbosa, o relator ressaltou que a deputada deveria ter informado os valores ao Fisco. Ele, portanto, irá encaminhar o processo à Receita Federal, para que o órgão tome as providências cabíveis. **(CP)**

agenda

QUINTA-FEIRA
9 de junho de 2011

Meio ambiente

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável promove o Seminário Sustentar XXI. Auditório Nereu Ramos, 9h

Agentes de saúde

A Comissão de Seguridade Social e Família discute questões relacionadas à regulamentação da Emenda Constitucional 63, que trata da criação do piso salarial nacional e as diretrizes do plano de carreira dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. Plenário 7, 9h30

Reforma política

A Comissão Especial da Reforma Política discute o tema com especialistas do setor. Plenário 11, 9h30

Sessão solene

Congresso Nacional promove sessão solene para comemorar o 146º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo – Data Magna da Marinha. Plenário Ulysses Guimarães, 10h

Direitos humanos

As comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; e de Direitos Humanos e Minorias discutem a política externa brasileira, especialmente o tema dos direitos humanos. Plenário 3, 10h

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 54ª Legislatura

Presidente: **Marco Maia (PT-RS)**

1ª Vice-Presidente
Rose de Freitas (PMDB-ES)
2º Vice-Presidente
Eduardo da Fonte (PP-PE)
1º Secretário
Eduardo Gomes (PSDB-TO)
2º Secretário
Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)
3º Secretário
Inocêncio Oliveira (PR-PE)
4º Secretário
Júlio Delgado (PSB-MG)

Suplentes
Geraldo Resende (PMDB-MS), **Manato (PDT-ES)**, **Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE)** e **Sérgio Moraes (PTB-RS)**
Ouvidor Parlamentar
Miguel Corrêa (PT-MG)
Procurador Parlamentar
Nelson Marquezelli (PTB-SP)
Diretor-Geral
Rogério Ventura
Secretário-Geral da Mesa
Sérgio Sampaio de Almeida

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretora: **Sueli Navarro** (61) 3216-1500 secom@camara.gov.br

Jornal da Câmara

Diretora
Simone Ravazzolli
Editora-chefe
Rosalva Nunes

Editores
Maria Clarice Dias
Ralph Machado

Diagramadores
Guilherme Rangel Barros
José Antonio Filho
Roselene Guedes

Ilustrador
Renato Palet

jornal@camara.gov.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição: (61) 3216-1826

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA / CGRAF) em papel reciclado

Plenário aprova MP que autoriza contratação temporária de professores

Murilo Souza

O Plenário aprovou ontem a Medida Provisória 525/11, que autoriza a contratação temporária de professores para atuar em instituições federais de ensino e em projetos de educação técnica e tecnológica. O texto aprovado, que segue para o Senado, permite que as contratações sejam feitas pelo período máximo de um ano, sendo admitida a prorrogação por igual período.

O relator, deputado Jorge Boeira (PT-SC), recomendou a aprovação sem alterações da matéria enviada pelo Executivo. Ele argumentou que a medida servirá para suprir a demanda total de docentes verificada na implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) enquanto os concursos para o preenchimento das vagas vão sendo realizados. "As autorizações de concurso ocorrem gradativamente.

Contudo, a efetiva realização desses concursos, tendo em vista as exigências que caracterizam o processo de recrutamento e seleção de docentes, leva a atrasos no ingresso desses servidores", observou o deputado, justificando a necessidade de dar agilidade na contratação de professores para os novos cursos que estão sendo implementados pelo Reuni.

A oposição, no entanto, criticou a falta de planejamento do governo e, sobretudo, a contratação de docentes sem concurso. "Houve tempo suficiente para que o governo tomasse as medidas necessárias para a realização do concurso público, como deve acontecer para o provimento dos cargos de docentes, de professores, nas nossas instituições federais de ensino", afirmou o líder do PSDB, deputado Duarte Nogueira (SP).

De acordo com o governo, a demanda total de docentes para o Reuni foi estimada em 15.755 professores de 3º grau, com base na razão média de um professor para cada 20 alunos. "Quando o quadro de docentes para a expansão pretendida estiver completo, terão sido criados 1.461 novos cursos presenciais, permitindo 109 mil novas vagas na graduação", disse Boeira.

Professor substituto - A MP altera a lei que trata das contratações para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (Lei 8.745/93) e também cria a possibilidade de contratação temporária de professor substituto para ocupar as vagas resultantes de licenças, afastamentos e de nomeações de docentes para ocupar cargo de direção de reitor, vice-reitor, pró-reitor e diretor de campus.

Antes, essa contratação só era possível em caso de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para capacitação e afastamento ou licença de concessão obrigatória.

O texto ainda eleva de 10% para 20% o limite máximo para a contratação de professores substitutos, abrangendo os afastamentos para capacitação e todas as situações de substituição previstas. O tempo de contratação é, no entanto, limitado ao período necessário ao provimento do cargo efetivo de docente, também limitado a um ano, prorrogável por mais um ano.

O Reuni foi criado como forma de ampliar o acesso e a permanência de estudantes na educação superior pública. As metas do programa foram estabelecidas a partir de objetivos gerais e de ações estratégicas apresentadas pelas próprias instituições federais de ensino superior, entre as quais: aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno, redução das taxas de evasão e ocupação de vagas ociosas.

MP que concede crédito ao BNDES será votada na próxima terça-feira

Foi encerrada ontem a discussão da Medida Provisória 526/11, que autoriza a União a conceder crédito de R$ 55 bilhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para aumentar sua capacidade de financiamento. Um acordo de lideranças transferiu para a próxima terça-feira (14) a votação do projeto de lei de conversão do relator Arthur Lira (PP-AL) para a MP.

Entre as mudanças propostas está a determinação de que o BNDES envie ao Congresso Nacional relatório periódico sobre as operações realizadas de financiamento com ou sem equalização de juros.

Lira também mudou o dispositivo que suspende a exigência de documentos de regularidade fiscal para contribuintes residentes em cidades fluminenses atingidas por desastres naturais e que precisem contratar ou renegociar dívidas junto a bancos públicos.

O relator estendeu o benefício a todas as cidades com estado de calamidade pública ou de emergência decretado desde 1º de janeiro de 2010 até a data de publicação da futura lei.

ELTON BOMFIM

A medida provisória aprovada ontem pelos deputados amplia as possibilidades de contratação temporária em universidades federais

Moção de repúdio a Dilma Rousseff é rejeitada

Requerimento apresentado pela oposição critica a presidente da República por não receber a advogada iraniana de direitos humanos Shirin Ebadi, Prêmio Nobel da Paz de 2003

Por 293 votos a 60 e 8 abstenções, o Plenário rejeitou o Requerimento 2086/11, do líder do PSDB, Duarte Nogueira (SP), que pedia a aprovação de uma moção de repúdio à presidente da República, Dilma Rousseff, por não receber a advogada iraniana de direitos humanos Shirin Ebadi, Prêmio Nobel da Paz de 2003. Ela é a principal voz dissidente do Irã quanto à questão dos direitos humanos.

Para Duarte Nogueira, a alegação de que a presidente só recebe chefes de Estado não se sustenta, uma vez que ela recebeu recentemente cantores como Shakira e Bono Vox. "O Brasil teve a sua reputação internacional manchada pela aproximação que o governo Lula promoveu junto a nações com regimes opressores, como o Irã, inclusive de maneira duvidosa, indiretamente apoiando as ideias de enriquecimento de urânio para o uso bélico daquele país", argumentou.

O líder do governo, Cândido Vaccarezza (PT-SP), afirmou que a oposição está fazendo uma crítica pela crítica. "Não vamos polemizar onde não precisa haver polêmica. A agenda da presidente da República quem resolve é a presidente", defendeu.

Fernando Ferro (PT-PE) ressaltou que a advogada será recebida por representantes do governo. Ele também defendeu que a presidente tenha autonomia para fazer sua agenda sem interferência do Parlamento.

O deputado Antonio Imbassahy (PSDB-BA) reclamou que o assunto seja tratado com descaso. "Dizer que a presidente não tem tempo para receber essa figura notável é uma coisa que não pode passar nas mentes das pessoas que desejam o renome, o conceito do Brasil em relação aos direitos humanos", afirmou.

Deputados vão ao ministro da Justiça para conter crise dos bombeiros do RJ

Deputados querem que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, ajude a conter a crise no Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro. O pedido foi feito ontem por 16 parlamentares de 12 partidos durante reunião no Ministério da Justiça. Desde sábado, 439 bombeiros do estado estão presos por invadirem o quartel-general da corporação em protesto contra os baixos salários.

De acordo com o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o objetivo é que uma comissão de parlamentares e representantes dos bombeiros negocie com o governador do estado, Sérgio Cabral, e encontre uma alternativa para libertar os militares e atender às reivindicações da classe. A principal reivindicação da categoria é o aumento salarial de R$ 950 para R$ 2 mil e vale-transporte.

Segundo Pereira da Silva, a preocupação dos deputados é que manifestações como a do Rio se espalhem pelo País. "Temos informações de várias paralisações e de movimentação de bombeiros e policiais militares." Na opinião do deputado, os protestos podem se intensificar em defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 300/08, que fixa um piso salarial nacional para policiais e bombeiros militares.

Negociação - Após o encontro, o ministro se comprometeu a procurar o governador Sérgio Cabral. "Ele se posicionou favoravelmente e disse que vai procurar o governador ainda hoje para tentar abrir esse canal de negociação", afirmou o deputado.

"Qualquer ação do Ministério da Justiça tem que ser feita em entendimento com o governador Sérgio Cabral. O governador tem demonstrado muita competência na condução dos trabalhos de segurança pública", assinalou o ministro.

DIVULGAÇÃO

LEONARDO PRADO

Em Plenário, Dr. Aluizio (E) lembrou que os bombeiros reivindicam aumento desde janeiro, tendo feito outras manifestações

De acordo com o deputado Dr. Aluizio (PV-RJ), os bombeiros estão reivindicando aumento salarial desde janeiro – em maio, já havia ocorrido manifestação em frente à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. "Não houve nenhuma sensibilidade do governador. Ele não atendeu, e isso foi gerando uma tensão que levou à invasão do comando do Corpo de Bombeiros."

Na última segunda-feira, o governador afirmou, em entrevista, que os manifestantes eram vândalos e que iriam responder administrativa e criminalmente pelos atos. "O governador Sérgio Cabral os chamou de vândalos, mas vândalo é ele, que está no segundo mandato e não resolve essa questão", disse Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).

Respeito - Para o deputado Glauber Braga (PSB-RJ), os bombeiros merecem o respeito do governo estadual. "Você não pode combater bombeiro militar como se fosse criminoso e usando uma política de força."

Segundo o deputado, os quartéis de bombeiros do estado são ambientes de tensão constante; por isso, é necessário que o governo tente resolver a situação o mais rápido possível.

"O Rio de Janeiro foi palco da maior tragédia climática do Brasil. Os bombeiros vão ter um papel importantíssimo na política de prevenção para as próximas chuvas, que serão em dezembro", ressaltou o parlamentar, lembrando a tragédia causada pelas fortes chuvas de janeiro na região serrana do Rio de Janeiro.

Comissões tentam intermediar acordo

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias aprovou ontem a criação de um grupo de trabalho que agendará um encontro com o governador Sérgio Cabral, além de visitar as lideranças dos bombeiros para intermediar nas negociações do conflito.

A comissão aprovou também uma moção de apoio à negociação com os bombeiros. A moção pede a retomada de negociações e a imediata liberação dos bombeiros presos. O grupo, formado pelos deputados Chico Alencar (Psol-RJ), Edson Santos (PT-RJ), Erika Kokay (PT-DF) e Liliam Sá (PR-RJ), deve ir ao Rio nesta sexta-feira.

O presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, deputado Mendonça Prado (DEM-SE), esteve na terça-feira no Rio para tentar intermediar as negociações entre representantes dos bombeiros e policiais militares e o governo do Estado.

Prado vai apresentar um projeto de lei com a finalidade de anistiar os policiais e bombeiros militares do Rio punidos por participar de movimentos reivindicatórios.

"A ideia é sanar injustiças e impedir a punição penal militar dos envolvidos no protesto por aumento de salário e melhores condições de trabalho, realizado no Quartel Central da corporação, no final de semana", esclareceu.

Manifestantes recebem solidariedade de parlamentares

Marcello Larcher

Os bombeiros presos no Rio de Janeiro no último final de semana receberam em Plenário a solidariedade de diversos parlamentares. O deputado Otavio Leite (PSDB-RJ) classificou como dramática a situação, e ressaltou que os bombeiros do Rio recebem o pior salário da categoria no Brasil. "Há uma crise, há um impasse. Toda esta eclosão e explosão são derivadas da ausência de vontade política de se respeitar um movimento legítimo, que existe em qualquer setor da sociedade", disse.

O deputado Vicentinho (PT-SP) disse entender que a disciplina interna da corporação tenha de ser preservada, mas apelou ao governo do Rio para que reveja sua posição. "Como ainda há tempo, esperamos que o governador, nosso amigo Sérgio [Cabral], sente-se à mesa, que coloque alguém capaz de negociar, de olhar a dor desses bombeiros que estão apelando pela dignidade deles e de seus familiares", disse.

O líder do PR, deputado Lincoln Portela (MG), informou que requerimentos já foram aprovados para que uma comissão da Câmara vá ao Rio e avalie in loco as condições em que estão os bombeiros presos. "Sabemos que isso já está com juízes e o Ministério Público, mas precisamos negociar uma anistia para esses homens de bem", disse.

O deputado Garotinho (PR-RJ) se defendeu, porque teria sido acusado de insuflar o movimento dos bombeiros contra o governo do Rio. Ele explicou que os servidores estão hoje subordinados à Secretaria de Saúde, e não de Segurança Pública, uma situação única no Brasil, e que leva a esses problemas. "Eu não estou insuflando os bombeiros, mas estou ao lado deles", ressaltou.

O deputado Delegado Waldir (PSDB-GO) defendeu duas medidas que teriam impedido a situação dos bombeiros no Rio, a desmilitarização das forças de segurança pública, e a aprovação de um piso salarial unificado em todo o País, proposto na PEC 300/08. "Faço um apelo ao governador para não colocar na cadeia alguém que lutou por melhores condições de trabalho", disse.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Conselheiros tutelares denunciam falta de condições mínimas de trabalho

Representantes dos conselhos tutelares afirmaram ontem, em audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, que é caótica a situação que enfrentam, em todo o País, pela falta das mínimas condições de trabalho. O coordenador do fórum nacional dos conselheiros, George Luís de Sousa, do Rio Grande do Norte, disse que diferentes setores do poder público (prefeitos, polícia, serviços de saúde e de educação) não cumprem seu papel em relação às crianças e adolescentes e procuram transferir suas responsabilidades para os conselhos.

O representante dos conselhos do Distrito Federal, Rafael Madeira, relatou que, no DF, são obrigados a fazer "gambiarras" de luz e telefone, por falta de recursos orçamentários. A sede de um dos conselhos, em Ceilândia, encontra-se sob ameaça de despejo porque a administração local não paga o aluguel. Os conselheiros do DF estão em greve há uma semana.

Fabiano Silveira da Silva, do Rio de Janeiro, defendeu a fixação de uma punição legal específica para os prefeitos que se recusam a garantir uma estrutura mínima para o funcionamento dos conselhos. Uelligton Souza Reis, da Bahia, defendeu a criação de um fundo nacional para financiar os conselhos tutelares. Para ele, foi um equívoco do legislador deixar para os prefeitos a responsabilidade por esse custeio.

SAULO CRUZ

Em debate na Comissão de Direitos Humanos, conselheiros criticaram o poder público e relataram as dificuldades que enfrentam para realizar seu trabalho

Financiamento - A secretária nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Carmen de Oliveira, reconheceu a precariedade da estrutura dos conselhos, o que contrasta com a sua importância. "O Brasil é o único país que tem esse tipo de organismo para proteger crianças e adolescentes, e eles estão presentes em 98% dos municípios", destacou.

Ela informou que o governo federal está adotando medidas para reverter o quadro precário, como a resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) que define parâmetros mais explícitos para a atuação desses organismos; a implantação do portal de ensino a distância para a formação de conselheiros; os convênios com 17 universidades, que abriram 62 mil vagas de capacitação para conselheiros; e a atualização do sistema de informação, com o repasse de 12 mil computadores para estados e municípios, com foco nas cidades de grande porte.

Carmen disse também que, em vez de criar um novo fundo, a secretaria estuda a ideia de instituir uma linha fixa de financiamento para os conselhos tutelares dentro do já existente Fundo da Infância e Adolescência (FIA). Por essa linha, explicou, os recursos já iriam rubricados para as prefeituras, evitando que os prefeitos os desviassem para qualquer outra finalidade.

Mobilização - O deputado Márcio Marinho (PRB-BA), que coordenou a audiência, sugeriu aos conselheiros que se mobilizem para pressionar a Câmara, como fazem os policiais em relação à PEC 300 e como estão fazendo os bombeiros do Rio de Janeiro. Os conselheiros ponderaram que a situação deles é diferente dessas categorias, porque cumprem mandato eletivo, e têm data marcada para deixar a função – o que dificulta a mobilização.

A deputada Erika Kokay (PT-DF) defendeu um piso salarial de âmbito nacional para os conselheiros, além de um plano de carreira. "Os prefeitos, os governantes, não podem mais ver a ação dos conselhos como uma caridade, precisam saber que é uma política pública", afirmou.

PLENÁRIO

Aeroporto no RN

João Maia (PR-RN), que é presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, informou em Plenário que será realizado em 17 de junho o 3º Seminário de Desenvolvimento Econômico e Exportação, em São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte. Uma das finalidades do seminário, segundo o deputado, é discutir os desafios da construção em curso do aeroporto internacional do município; conhecer a realidade local e identificar oportunidades e possíveis gargalos para o desenvolvimento econômico regional. João Maia acrescentou que a construção do aeroporto de São Gonçalo do Amarante é uma iniciativa pioneira de concessão totalmente privada nesse segmento. Será ainda, segundo o deputado, o primeiro aeroporto-cidade do Brasil e o maior do gênero na América Latina.

Copa de 2014

Audiência pública realizada na Câmara debateu a situação dos aeroportos no País. Segundo dados da Secretaria Nacional de Aviação, São Paulo, Porto Alegre, Fortaleza e Brasília são as capitais que enfrentam os maiores problemas para receber visitantes durante a Copa do Mundo. Para amenizar o problema, José Stédile (PSB-RS) sugeriu o uso das bases militares da Aeronáutica.

Terminal de Pecém

José Guimarães (PT-CE) anunciou a inauguração do Terminal de Múltiplo Uso do Porto de Pecém, em Fortaleza, marcada para 5 de agosto. A obra foi orçada em R$ 420 milhões, dos quais R$ 290 milhões foram financiados pelo BNDES. "Será um píer com dois berços de atracação utilizados para a recepção e o transbordo de contêineres e cargas em geral", explicou o deputado. A obra, disse, "é fundamental para o complexo portuário do estado, igualando-se aos portos de Pernambuco e do Maranhão".

Açailândia

Francisco Escórcio (PMDB-MA) destacou os 30 anos de emancipação política da cidade de Açailândia, no Maranhão, completados em 6 de junho. Segundo o deputado, Açailândia, consolidada a partir da abertura da rodovia Belém-Brasília, é a oitava cidade mais populosa do estado, tem a terceira maior arrecadação de ICMS dentre os 217 municípios maranhenses, o segundo maior PIB e a maior renda per capita do estado.

Meio ambiente

Leonardo Monteiro (PT-MG) ressaltou que, neste mês, diversas entidades desenvolverão uma extensa agenda de debates para garantir a modernização do Código Florestal Brasileiro, em análise no Senado. "O desenvolvimento nacional deve ser consolidado de maneira sustentável e com justiça social. A produção de alimentos precisa estar associada à preservação das riquezas naturais do País", afirmou.

Pobreza no Ceará

Eudes Xavier (PT-CE) informou que a Assembleia Legislativa do Ceará vai realizar seminário, nos dias 16 e 17 de junho, para discutir os impactos da pobreza sobre as famílias do meio rural e urbano. O deputado apresentou pesquisa do IBGE sobre os efeitos da pobreza absoluta e relativa no País. Xavier elogiou o governo pelo lançamento do Plano Brasil sem Miséria e disse que, no Ceará, mais de um milhão de pessoas do meio rural vivem em estado de extrema pobreza.

Ministério: dependentes de álcool e drogas terão moradias subsidiadas

Renata Tôrres

O coordenador de Saúde Mental e Álcool do Ministério da Saúde, Roberto Kinoshita, informou na Câmara que alcoólatras e outros dependentes químicos receberão ajuda do governo para largar o vício. Segundo ele, o grupo interministerial encarregado de definir ações nesse sentido apresentará, nos próximos meses, ações concretas para que essas pessoas não só tenham acompanhamento médico e psicológico, mas sejam inseridas na comunidade por meio de moradia social – subsidiada pelo governo – e sejam capacitadas a trabalhar e ter uma renda.

Kinoshita participou na terça-feira de audiência da comissão especial que analisa as causas e consequências do consumo abusivo do álcool. Aproximadamente 10% da população brasileira é dependente de bebidas em estágio avançado e sofre de doenças causadas pelo exagero no consumo do álcool.

O relator da comissão, deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP), manifestou preocupação com a estatística. "Ou seja, numa cidade como São Paulo dois milhões de pessoas já estão na fase aguda da doença. E quem precisa de uma vaga para internar um doente de alcoolismo no País não acha em lugar nenhum, só em estabelecimento privado – e custa caro. Então, o Estado não dá conta disso", lamentou.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil está na lista de países com aumento do uso de bebidas alcoólicas. Além disso, de acordo com a última pesquisa do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, entre estudantes dos ensinos fundamental e médio de dez capitais, essas bebidas são consumidas por mais de 65% dos entrevistados.

GUSTAVO LIMA.

Vanderlei Macris

Medidas - Para reverter esse quadro, a psiquiatra e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) Ana Cecília Marques defendeu o aumento do preço das bebidas, a criação de mais taxas e impostos sobre esses produtos e a proibição da propaganda, a exemplo do que já foi feito com os cigarros.

Ela também sugeriu o aumento da idade mínima para o consumo de bebidas alcoólicas de 18 para 21 anos, e uma ordem para que bares fechem as portas mais cedo. A psiquiatra criticou a campanha do "amigo da vez" – que fica sem ingerir álcool e dirige para os amigos que beberem: "Considero 'zero' o motorista da vez, porque só ele se salva. Os outros no carro estão todos intoxicados, com impactos sobre si mesmos e muitas vezes em casa, porque produzem violência e outros problemas."

Debates - A comissão especial sobre o consumo abusivo de álcool vai realizar conferências para debater o tema em cada região do País. Haverá reuniões em São Paulo (SP), Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS) e Belém (PA). O primeiro encontro regional acontecerá em 30 de junho na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, em Campo Grande. O debate na comissão - presidida pelo deputado Geraldo Resende (PMDB-MS)- foi proposto pelo deputado Marcelo Aguiar (PSC-SP).

Médico aponta riscos de uso do álcool líquido

Dados do Ministério da Saúde mostram que, em 2010, foram gastos R$ 7 milhões no tratamento de 3,2 mil pacientes com queimaduras – e 90% desses casos poderiam ter sido evitados com a proibição da venda de álcool líquido. Seminário realizado na Câmara para lembrar o Dia Nacional de Luta contra Queimaduras (6 de junho) discutiu os riscos e a proibição da venda de álcool líquido. O médico e coordenador da Unidade de Queimados do Hospital Regional da Asa Norte, em Brasília, Márcio Frattini, destacou que o produto se espalha com facilidade e causa queimaduras profundas de tratamento difícil e doloroso, com danos irreversíveis.

Tramita na Câmara o Projeto de Lei 692/07, do Senado, que estabelece padrões e critérios para a venda de álcool líquido. O texto estabelece que o álcool com concentração acima de 46% deve ser comercializado unicamente na forma de gel. Para ser comercializado na forma líquida, o produto deve ser envasado em embalagens de 50 mililitros. Relatora da proposta na Comissão de Seguridade Social e Família, a deputada Aline Corrêa (PP-SP) avalia que a sociedade deve ser alertada sobre os riscos à saúde que um "hábito cultural no País" pode oferecer. A proposta já foi aprovada na Comissão de Desenvolvimento Econômico. Após passar pela Comissão de Seguridade Social, ainda precisa ser analisada pelas comissões de Defesa do Consumidor e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

SEGURANÇA

Comissão da Amazônia vai ouvir diretor da PF sobre combate ao óxi

Karla Alessandra

A Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Rural aprovou ontem convites ao diretor-geral da Polícia Federal (PF), Leandro Coimbra, e ao diretor de Combate ao Crime Organizado da PF, Oslain Santana, para discutir as ações do governo no combate a drogas como o óxi, que têm se disseminado na região amazônica. O requerimento é do deputado Márcio Bittar (PSDB-AC). O óxi é um subproduto da cocaína, mais forte que o crack e com preço mais acessível. Ainda não há data definida para a audiência.

Plantio por indígenas - Na última terça-feira, em debate na comissão para discutir a entrada da droga no Brasil, o presidente do Sindicato dos Policiais Federais, Joel Zarpellon, explicou que os laboratórios que estão nos países vizinhos arregimentam os índios para o plantio e transporte da cocaína até a fronteira. Segundo o sindicalista, os índios "sabem exatamente como plantar o epadú - que é a folha de coca brasileira - para que ela tenha um alcalóide de maior aproveitamento.

BRIZZA CAVALCANTE

Audiência realizada na terça pela Comissão da Amazônia discutiu a entrada do óxi no Brasil a partir das fronteiras amazônicas e a participação de indígenas no processo

Áreas extensas - O representante da Funai na audiência, Paulo Clemente, afirmou que a instituição está acompanhando a questão dos índios em relação às drogas, mas admite que esse monitoramento é difícil porque as comunidades vivem em áreas extensas. Para Clemente, o debate sobre a questão das drogas deve incluir os indígenas, "que convivem diariamente com garimpeiros, madeireiros, pescadores ilegais e pistoleiros, e devem ser responsáveis pela proteção de suas terras".

Forma de produção - O presidente da comissão, deputado Gladson Cameli (PP-AC), lembrou que, como se trata de uma nova droga, ainda há muito que se informar sobre seu uso e efeitos, pois não há dados concretos sobre como o óxi é realmente produzido. Ele ressaltou a necessidade de a Polícia Federal ter mais recursos financeiros para combater essa droga.

Márcio Bittar, que propôs o debate juntamente com os deputados Padre Ton (PT-RO) e Antônia Lúcia (PSC-AC), destacou que é preciso desmistificar o senso geral de que "só leis de proteção às florestas são suficientes para resolver os problemas da Amazônia".

ECONOMIA

Debatedores criticam impactos do dólar e do custo Brasil no turismo

Tiago Miranda

Representantes de setores de hospedagem e alimentação e de organizações não governamentais criticaram ontem a sobrevalorização do real e o impacto do custo Brasil no turismo nacional. Eles participaram de audiência pública conjunta das comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Finanças e Tributação; e de Turismo e Desporto para discutir o Projeto de Lei 1375/07, que concede às empresas do setor de turismo receptivo os mesmos benefícios fiscais atualmente concedidos pela União aos exportadores (isenção das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, tais como PIS, Cofins, CSLL e Cide).

Segundo o presidente da Federação Nacional de Hospedagem e Alimentação, Alexandre de Abreu, o setor turístico está entre aqueles que mais sofrem com o custo Brasil. De acordo com ele, países como Peru e Chile têm estruturas muito aquém do potencial brasileiro, mas possuem um turismo superavitário graças a suas políticas públicas. "Não conseguimos desonerar o custo da atividade hoteleira", afirmou Abreu.

Desestímulo - Para a coordenadora do movimento pela Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli, a política de juros elevados praticada pelo Banco Central provoca uma valorização cambial exagerada do real e desestimula os turistas estrangeiros a virem para o Brasil. Em contrapartida, o valor alto da moeda nacional estimula os brasileiros a gastar no exterior, o que complica o fechamento das contas nacionais.

PEDRO FRANÇA

Benefícios fiscais podem ajudar o turismo nacional, afirmaram deputados e especialistas

Segundo Maria Lúcia, em 2010, o déficit entre as despesas de brasileiros em outros países e os gastos dos estrangeiros no Brasil chegou a R$ 10 bilhões. Ela defendeu também que o projeto tenha algum tipo de compensação tributária para que seja aprovado. "Caso contrário, os deputados da Comissão de Finanças não têm como aprová-lo, mesmo querendo, em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal [Lei Complementar 101/00]", afirmou Maria Lúcia.

O presidente do Instituto Brasileiro do Turismo (Embratur), Mário Augusto Moysés, reconheceu que a valorização do real tem gerado grande impacto no setor turístico. Ele citou pesquisas da Embratur em que o preço aparece como uma das principais reclamações de turistas estrangeiros.

Moysés lembrou, contudo, que o incentivo ao turismo não depende apenas de questões macroeconômicas. Ele defendeu uma maior atuação do governo federal na promoção do Brasil internacionalmente. Na opinião do dirigente, é preciso que a Câmara faça um debate mais aprofundado para tipificar quais atividades do turismo receptivo poderão ser equiparadas com as exportações.

Fazenda e Receita - Segundo o autor do requerimento e do projeto, deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), os ministérios do Turismo e de Desenvolvimento, Indústria e Comércio entenderam a necessidade da aprovação da proposta, mas o da Fazenda ainda não. "O Brasil está sendo injusto com agentes econômicos que fazem a mesma tarefa de exportadores."

Na opinião do deputado Dr. Ubiali (PSB-SP), é preciso convencer o Ministério da Fazenda para mostrar que é mais atrativo desonerar esse setor do que garantir a arrecadação tributária.

Relator do projeto na Comissão de Finanças e Tributação, o deputado Rui Palmeira (PSDB-AL) disse que buscará, com a Receita Federal e a Fazenda, garantir um texto de consenso. "É importante conversar com os deputados do governo, com os ministérios envolvidos, fazer os ajustes para que não haja vetos", avaliou.

PLENÁRIO

Jefferson Campos apoia educação no combate à pobreza

O deputado Jefferson Campos (PSB-SP) destacou a importância da educação no combate à pobreza. Segundo o parlamentar, o governo Lula diminuiu a desigualdade e proporcionou melhores condições de vida, mas ainda há muito a ser feito. O deputado lembrou que 19,9 milhões de pessoas ainda vivem abaixo da linha da pobreza, segundo dados de 2010.

"Creio que as medidas assistencialistas são válidas, e as vemos hoje. Contudo, não podemos esquecer que atendem apenas o emergencial, o que não pode esperar. No entanto, algo mais profundo e a longo prazo precisa ser feito: precisam ser desenvolvidas políticas públicas que gerem mudanças estruturais, que invertam o processo que temos vivido", afirmou.

LEONARDO PRADO

Campos salientou que uma das medidas eficazes para uma profunda transformação social é a educação. "É por meio do desenvolvimento do seu intelecto que se dão as relações que permeiam seu mundo exterior, é a partir da educação que se dão as relações sociais, culturais e profissionais", argumentou.

Kit nas escolas - O deputado elogiou ainda a presidente Dilma Rousseff por ter atendido pleito da bancada evangélica e impedido a distribuição de kit sobre homossexualidade das escolas. "O kit não deve ser inserido no contexto das escolas pois traz prejuízo à formação das crianças", disse.

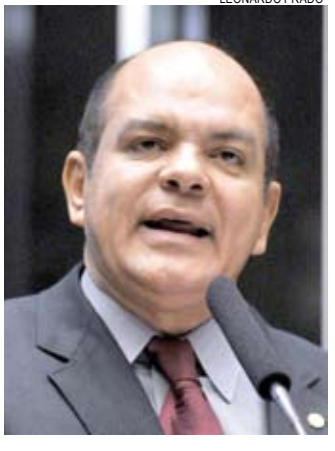
Campos também mencionou os grandes avanços na relação entre o Brasil e Israel no livre comércio, no crescimento do intercâmbio de turistas e na reabertura do consulado-geral em São Paulo e dos consulados honorários no Rio de Janeiro.

Francisco Floriano diz que irá ao STF por royalties do Rio

O deputado Francisco Floriano (PR-RJ) alertou que, caso o Congresso insista na ideia da distribuição igualitária dos royalties do petróleo, vai entrar com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) a fim de que o interesse do povo fluminense seja preservado.

Segundo o parlamentar, se o veto do ex-presidente Lula à distribuição dos royalties do petróleo entre todos os estados e municípios for derrubado, o Rio de Janeiro perderá R$ 7 bilhões de suas receitas.

LEONARDO PRADO



Francisco Floriano argumentou que, quando a capital do Brasil foi transferida para Brasília, deixou o Rio praticamente sem renda e, graças aos royalties do petróleo, o estado conseguiu sobreviver. Como maior produtor de gás e petróleo do País, o deputado afirmou que o Rio de Janeiro não aceitará a usurpação de seus direitos. "Os estados produtores de minério não falam em dividir suas riquezas, como ouro, diamante, zinco", disse.

Benefícios - Floriano defendeu a permanência dos royalties no estado a fim de melhorar a educação, os salários e as condições do município do Rio. Segundo ele, os royalties também ajudam a saúde, a segurança e o saneamento básico. "Disso não abriremos mão. Que nossos royalties permaneçam no estado."

Esses recursos, destacou Floriano, são apenas uma compensação financeira aos estados produtores pelos problemas decorrentes da exploração do petróleo. Ele citou, como exemplo, a poluição do ar e os eventuais vazamentos de gás e petróleo, que acarretam danos ao meio ambiente e prejudicam a pesca.

Clientes antigos devem procurar bancos e negociar regras de cartão de crédito

Carol Siqueira

O consumidor que já tinha um cartão de crédito antes de 1º de junho, quando entrou em vigor a norma do Conselho Monetário Nacional (CMN) que, entre outros itens, limita as tarifas a serem cobradas pelas administradoras de cartão, tem o direito de negociar benefícios com bancos ou migrar para outra instituição mais vantajosa. A informação é da diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Juliana Pereira da Silva, que participou ontem de audiência na Comissão de Defesa do Consumidor.

"No caso dos contratos que já estavam em vigor, as regras novas só valerão a partir do ano que vem. Por isso, é importante que o consumidor negocie vantagens com o banco ou utilize a portabilidade de crédito [que permite a transferência da dívida para outro banco, sem prejuízo ao cliente] para se enquadrar nas regras mais justas hoje, não daqui a um ano", afirmou Juliana.

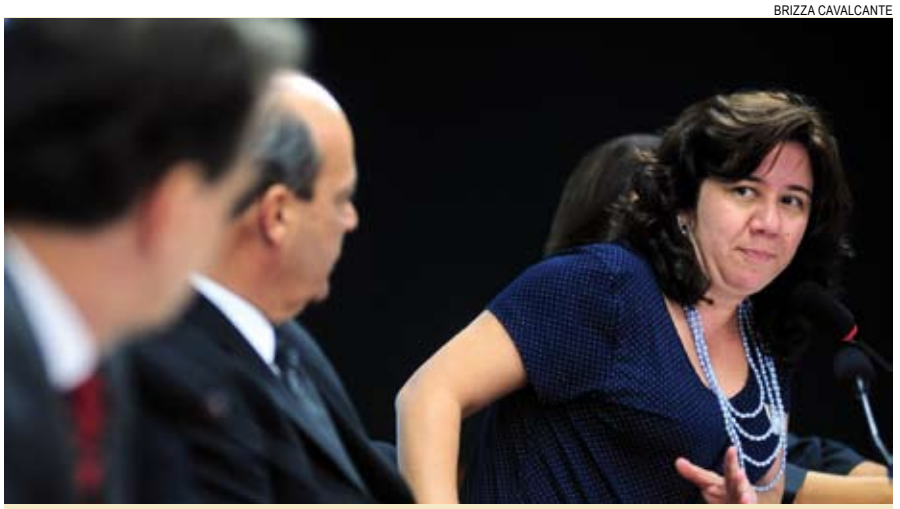
O fato de a norma só ser aplicada à maioria dos consumidores em 2012 também foi criticado pela procuradora regional da República Valquíria Quixadá Nunes. "Receio que empresas se aproveitem para compensar a queda nas tarifas dos novos contratos cobrando mais dos que não estão sujeitos à regra", disse.

Novas tarifas - Em 1º de junho entrou em vigor, para os novos cartões, uma resolução que limita em cinco o número de tarifas que podem ser cobradas pelos cartões. Fica proibida, por exemplo, a cobrança de taxa por compra no exterior. Além disso, a resolução permite que o consumidor peça um cartão básico, sem programas de fidelidade ou acúmulo de milhas, e pague menos anuidade do que o cliente com cartão diferenciado, com benefícios.

As normas também padronizam as informações da fatura, para deixar claro os encargos cobrados, e ampliam de 10% para 15% o valor mínimo cobrado, com o objetivo de evitar o endividamento. Esse índice vai chegar a 20% em dezembro.

Varejo - O Banco Central, no entanto, explicou que os cartões de lojas varejistas, segmento em expansão, não estarão sujeitos às regras, porque não são regulados pelo BC. "A fiscalização alcança apenas os cartões de crédito oferecidos pelas instituições financeiras, ou seja, pelos bancos. Essa foi a limitação entendida pelo Conselho Monetário Nacional no poder de atuação do Banco Central", esclareceu o chefe do Departamento de Prevenção a Ilícitos do BC, Ricardo Liao, dizendo que o órgão tem poder de vigilância sobre 90% do mercado atual.

BRIZZA CAVALCANTE



Juliana da Silva (D), do Ministério da Justiça, defendeu o uso da portabilidade de crédito

A restrição foi criticada por Valquíria Nunes. "Para mim, as regras devem ser ampliadas para todos os cartões. Consórcio não é instituição financeira e nem por isso o BC deixa de fiscalizar", disse a procuradora.

O avanço dos cartões de loja "acendeu uma luz laranja" no Ministério da Justiça, destacou Juliana da Silva. Segundo ela, cerca de 20% das reclamações dizem respeito a esse tipo de cartão, e o órgão vai estudar melhor o segmento para garantir que o direito do consumidor seja respeitado.

Queixas - Conforme estudo do Ministério da Justiça, que agrega informações de Procons de todo o País, o serviço de cartão de crédito foi campeão de queixas em 2010. A insatisfação também foi declarada pelos internautas, que puderam mandar perguntas aos debatedores e majoritariamente reclamaram da cobrança de juros excessivos.

"Temos a melhor norma de defesa do consumidor do mundo; o difícil é fazer cumprir. Espero que o Banco Central, o Ministério da Justiça e o Ministério Público possam nos informar legalmente o andamento e avaliação dos novos procedimentos que entraram em vigor em junho", disse o deputado Gean Loureiro (PMDB-SC).

Preço diferenciado - Os parlamentares também defenderam a utilização de preços diferenciados de acordo com a forma de pagamento, o que é proibido pela legislação. "O comerciante vai economizar 7% ou 8% numa compra à vista, em relação ao cartão, e temos de aprofundar esse debate", defendeu o deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG). Guilherme Campos (DEM-SP) ressaltou que a economia do comerciante com os custos do cartão é repassada ao consumidor, o que justificaria a cobrança diferenciada.

A audiência pública foi transmitida ao vivo na internet pela *Agência Câmara*, e os internautas puderam participar com perguntas enviadas por e-mail. O presidente da comissão, deputado Roberto Santiago (PV-SP), agradeceu a participação popular e encaminhou as indagações aos convidados. "Agradeço aos internautas, que mandaram muitas perguntas de Recife, de Fortaleza, de Passo Fundo. Garanto que elas serão enviadas aos palestrantes, para que eles respondam", ressaltou.

Audiência reforça necessidade de fiscalização, afirma relator

O debate realizado pela Comissão de Defesa do Consumidor sobre a fiscalização dos cartões de créditos e a participação dos internautas denunciando juros altos e outras práticas abusivas reforçou, na avaliação do deputado Roberto Santiago (PV-SP), a necessidade de criação de uma comissão especial voltada para o setor. A iniciativa faz parte do relatório de Santiago à Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) 10/03, que cobra maior controle sobre as empresas.

"Tudo o que foi dito reforça a tese de que tem de existir um grupo de trabalho para continuar a fiscalização sobre o tema", disse o deputado. Ele garantiu que o relatório será o primeiro item da pauta da próxima reunião ordinária do colegiado, em data a ser definida.

Autor de um parecer contrário ao de Santiago, o deputado Walter Ihoshi (DEM-SP), que também solicitou a audiência, disse que as novas informações fizeram com que ele reavaliasse sua opinião.

"Ainda não tomei uma decisão definitiva, vou estudar os progressos, mas acho que tem de ser feito um trabalho grande de regulação. Preocupa-me o fato de ninguém estar tomando conta das administradoras de cartão, o que pode ser danoso para o consumidor", alertou.

Instituições financeiras - A Proposta de Fiscalização e Controle 10/03 pediu a análise sobre a regulação do setor de cartão de crédito e a eventual prática de abusos pelos bancos. Várias instituições, como o Banco Central, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, entre outras, enviaram esclarecimentos à comissão.

O relatório de Santiago também pede a aprovação do Projeto de Lei Complementar 106/07, da Comissão de Legislação Participativa, que iguala as administradoras de cartão de crédito às instituições financeiras. Assim, todo o mercado – bancos ou varejistas – passaria a estar sob controle do Banco Central.

Na audiência, o deputado Dimas Ramalho (PPS-SP) cobrou a aplicação de uma súmula do Superior Tribunal de Justiça que considera empresas de cartão de crédito como instituições financeiras. Esse entendimento obriga que todo o setor seja regulado pelo Banco Central, sem diferenciação entre cartões de varejo ou os dos bancos. **(CS)**